

Governo descumpre compromisso e servidores fazem Ato quarta

A semana inicia com a Greve dos servidores técnico-administrativos das universidades federais e mobilização de categorias para o Dia Nacional de Mobilização, na quarta-feira, dia 19. Em SC, os servidores públicos federais farão Ato Unificado em Florianópolis, das 16 às 17 horas, na frente do prédio do TRE-SC. A participação dos servidores do Judiciário, já aprovada em Assembleia, é fundamental para ampliarmos a luta.

A nossa categoria se organiza também em outros estados. Os servidores do RS aprovaram paralisação de 24 horas na quarta-feira e ato público em frente ao prédio da primeira instância da Justiça Federal de Porto Alegre. Os servidores da Justiça do Trabalho de São Paulo decidiram paralisar suas atividades por duas horas (das 13h às 15h). Já os servidores do TRE-SP vão cruzar os braços por duas horas, entre 12h e 14h, no saguão do tribunal.

Os servidores públicos federais buscam construir a luta unificada, como ocorreu em 2012, porque a Copa e as Eleições farão de 2014 um ano atípico. Os servidores precisam se organizar, visto que o Fórum de Entidades Nacionais dos Servidores Federais reafirmou a proposta de construção da Greve como único recurso capaz de forçar o governo Dilma/PT a negociar.

Mais promessa

O Ministério do Planejamento não cumpriu o compromisso de responder, antes do Carnaval, à pauta de reivindicações da categoria entregue ao governo em janeiro. A promessa de responder à pauta havia sido feita pelo secretário de Recursos Humanos do Planejamento, Sérgio Mendonça, na audiência concedida no dia 5 de fevereiro a uma comissão representativa das entidades nacionais dos

servidores, após protesto nacional em Brasília que marcou o lançamento da campanha salarial unificada.

O funcionalismo reivindica a revisão anual dos salários na data-base, previsto na Constituição Federal mas desrespeitado pelo governo, uma política salarial permanente, a incorporação de gratificações, paridade entre ativos e aposentados, pela revogação da Reforma da Previdência feita pelo governo Lula/PT e pela reestruturações de carreiras, dentre outros pontos.

O quadro das negociações, ou da falta delas, no Judiciário Federal é semelhante ao cenário geral do serviço público federal. Até agora o STF não respondeu sobre a instalação da mesa permanente de negociação – a expectativa era que isso ocorresse em fevereiro. Tudo isso será objeto de debates na reunião ampliada da Fenajufe,

**Quarta, 19, das 16 às 17h,
participe do Ato no TRE-SC!**

que deve reunir no dia 20, em Brasília, representantes dos servidores do Judiciário Federal e do Ministério Público da União eleitos em assembleias estaduais.

A atividade ocorre no dia se-

guinte ao ato público nacional que ocorrerá em frente ao Ministério do Planejamento.

Faltando menos de cem dias da Copa do Mundo, a mobilização precisa da participação efetiva de

cada servidor. Sem isso, não há quem aposte em quaisquer conquistas salariais ou de outra ordem para a categoria neste ano. *Com informações do Sintrajud e Fenajufe*

PEC 185/12, que trata da data-base, tramita na Câmara dos Deputados

A Fenajufe acompanhou semana passada a tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 185/12, que trata da data-base. Representantes da Federação estiveram no gabinete do deputado Dr. Grilo (SDD/MG), que é relator da proposta e que já apresentou parecer favorável. A proposta entrou na pauta semana passada, mas não foi votada.

A Fenajufe continuará acompanhando nas próximas semanas a tramitação da matéria que busca

retomar a data-base, que não é respeitada pelos governos, inclusive o atual da presidente Dilma. Pela proposta, se o titular do Executivo não enviar projeto de reajuste da data-base, até o mês de julho, com validade a partir de janeiro do ano seguinte, qualquer parlamentar poderá apresentar projeto nesse sentido.

Esta PEC é muito importante para todos os servidores públicos federais, pois tira do arbítrio do chefe do Executivo a exclusivida-

de da competência para enviar o projeto ao Congresso Nacional.

A data-base é um dos pontos da pauta da campanha salarial 2014. Além da pressão para que a PEC seja aprovada, é importante a cobrança no STF sobre o recurso da data-base, e nas ruas durante o próximo dia 19 de março, quando será realizada manifestação unificada dos servidores públicos federais, no Ministério do Planejamento, a partir das 9 horas.

Fenajufe acompanha SINTRAJUSC e reivindica debate sobre proposta do CNJ

A Fenajufe manifestou-se na consulta pública do CNJ sobre a distribuição de pessoal e de orçamento no Poder Judiciário e requereu a abertura de discussão sobre a proposta de resolução. O SINTRAJUSC, que tomou a iniciativa de abrir o debate e alertou a Federação sobre as graves consequências da proposta, já enviou ofício ao Conselho reivindicando que o CNJ se abstenha de votar a resolução.

Uma decisão desse porte não pode ser tomada sem um grande debate envolvendo os sindicatos e os tribunais em cada estado, assim como a Fenajufe, que reúne os sindicatos de todo o país, e o CNJ, incluindo os demais órgãos centrais e de cúpula do Poder Judiciário. A preocupação da Fenajufe baseia-se no fato de que os principais afetados pela resolução proposta, caso implementada, serão justamente os cerca de 120 mil servidores do Poder Judiciário da União, representados pela entidade,

além dos servidores dos tribunais de justiça dos estados. Entre vários pontos prejudiciais aos servidores e que chegam a gerar uma grande insegurança, a proposta concede ao presidente do CNJ a delegação para alterar os anexos sem sequer ouvir os demais membros do Conselho.

A Fenajufe levanta também dúvidas sobre a confiabilidade histórica de uma avaliação com base num período de apenas três anos para definir a proporção e a distribuição de servidores entre primeiro e segundo grau de jurisdição. Além do mais, é preciso levar em consideração as diferenças da tramitação processual nas respectivas instâncias, uma vez que no primeiro grau, via de regra, ela é mais complexa e demorada do que no segundo.

Outra questão que deveria ser considerada mais objetivamente é a garantia de segurança e estabilidade aos servidores em suas lotações para coibir

remoções compulsórias e arbitrárias, que vêm sendo utilizadas como forma de punição. A Fenajufe também resalta seu descontentamento com a premiação por desempenho, que tende a comprometer o debate sobre carreira que vem sendo travado com os tribunais e conselhos pelas entidades representativas.

Esta proposta de resolução sobre a distribuição de força de trabalho e de orçamento nos órgãos do Poder Judiciário de primeiro e segundo grau, é mais uma das iniciativas do CNJ baseadas na política de metas adotada nos últimos anos para o Poder Judiciário, que tem sido constantemente criticada pela Fenajufe. Em linhas gerais, o conjunto de metas adotadas pelo CNJ não tem sido efetivamente discutido na base, em cada tribunal e localidade, com os principais responsáveis pela sua implementação, os servidores e magistrados.